

A GESTÃO ESCOLAR E O REFERENCIAL CURRICULAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DE ALAGOAS.

THE SCHOOL MANAGEMENT AND THE BASIC EDUCATION CURRICULUM FOR PUBLIC SCHOOLS OF ALAGOAS.

LA ESCUELA DE ADMINISTRACIÓN Y EL CURRÍCULO DE EDUCACIÓN BÁSICA PARA LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE ALAGOAS.

Vânia Márcia da Silva Laurentino

Universidade Federal de Alagoas

vanialaurentino@hotmail.com

Resumo: O presente artigo trata da construção da primeira proposta de curricular referencial para todas as escolas públicas estaduais em Alagoas; foi feita uma análise do contexto histórico das tentativas de construção de um currículo básico e dos negativos índices sociais e econômicos que indicaram a dificuldade do estabelecimento do mesmo anteriormente. Também foram analisadas condições futuras para a implantação deste primeiro referencial curricular e seus atuais desafios.

Palavras-chave: gestão democrática; currículo; transformação social.

Abstract: This article deals with the construction of the first draft curriculum framework for all public schools in Alagoas state, was an analysis of the historical context of attempts to construct a core curriculum and the negative social and economic indices which showed the difficulty of establishing the same before. Were also examined future conditions for the deployment of this first benchmark curriculum and its current challenges.

Keywords: democratic management; curriculum; social transformation.

Resumen: Este artículo trata de la construcción del proyecto de marco primer plan de estudios para todas las escuelas públicas en el estado de Alagoas, fue un análisis del contexto histórico de los intentos de construir un plan de estudios básico y los índices sociales y económicos negativos que mostró la dificultad de establecer lo mismo antes. También se examinaron las condiciones futuras para el despliegue de este primer plan de estudios de referencia y sus desafíos actuales

Palabras clave: gestión democrática, currículo, cambio social.

1. INTRODUÇÃO

No presente estudo apresentamos a análise do documento referencial para a construção do currículo da educação básica, para as escolas públicas estaduais de Alagoas, este documento é muito importante porque pela primeira vez está sendo construído de forma organizada e com o apoio do Ministério da Educação (MEC).

A ONG Ação educativa¹ afirma que, dos 26 Estados brasileiros mais o Distrito Federal, dezesseis não têm plano estadual de educação que é previsto por lei. Isso significa dizer que eles não apresentam um conjunto de metas que direcionem as políticas públicas na área por até uma década. Alagoas é um estado que tenta desde 2009 estabelecer um plano para educação e construção de um currículo básico, o que é muito importante para o estabelecimento de ações concretas em prol de uma educação que promova cidadania, transformação social, mas seu objetivo mais concreto é reverter os índices negativos dos sistemas de avaliação do MEC.

O objetivo deste estudo é refletir sobre uma das principais mudanças na organização da educação no Estado de Alagoas nos últimos anos. A construção do referencial curricular interferiu não apenas na proposta pedagógica, mas também no âmbito profissional dos educadores, essa reflexão propõe perspectivas a cerca dos rumos da educação, seus profissionais e o neoliberalismo, assim procurou-se reconhecer as condições em que este referencial curricular esta sendo construído, suas intenções ideológicas e as condições históricas referentes às propostas passadas e suas perspectivas para o futuro.

Podemos constatar que, a gestão democrática surgiu a partir da necessidade de se adequar as mudanças que a sociedade vem passando nos últimos anos como a globalização, os grandes avanços tecnológicos, a rapidez e a quantidade de informação que tem sido gerada, o momento histórico que passamos e todas as transformações ocorridas ao longo do tempo e em diferentes aspectos das nossas vidas. Tudo isso têm provocado mudanças em toda a sociedade, e sendo a escola uma das maiores instituições sociais precisava se adequar, no entanto, a partir da experiência vivida, tenho a impressão de que as mudanças são impostas, dos gestores maiores para os menores, o que compromete o sucesso da gestão democrática, pois a mesma deve vir do chão da escola para União e não o contrário, bem como não deveriam existir imposições internacionais. A escola tem um papel fundamental ao lado da família e toda a comunidade escolar e social interligada a ela, trata-se de essencial núcleo de produção e capacidade de trabalho, que surge a partir de regras da economia para o todo social permitindo diferentes leituras e enfoques, por isso a escola hoje é objeto de tantas discussões por parte de diversos segmentos da sociedade mundial, e as ideologias apontadas nessas discussões dividem as opiniões entre formar o pensamento critico-reflexivo e a adequação ao controle social e econômico do sistema capitalista.

A gestão democrática deve existir no sentido de promover as discussões, os debates e junto à comunidade estabelecer metas que atendam as necessidades sociais de trabalho e excelência acadêmica, mas com autonomia e contra a alienação capitalista, é preciso que a descentralização seja promovida não como deslocamento de poder dentro do Estado, de um de seus níveis de administração para outro, mas como transferência do poder do Estado para a comunidade. Em Alagoas como em outros Estados a dificuldade de atingir esses objetivos, de estabelecer uma política educacional que atenda a objetivos tão distintos, muitas vezes antagônicos é um desafio diário.

1 ¹ www.acaoeducativa.org

Todas essas observações foram feitas a partir da experiência de gestão; as dificuldades, imposições e adequações nos âmbitos administrativos e pedagógicos que contribuíram para rever as práticas didáticas e construir práticas funcionais dentro e fora da escola.

Vivenciar a gestão democrática enquanto gestora fez-me ver a importância crucial da escola democrática, participativa e de qualidade, não referenciada pelo neoliberalismo vigente, assim a construção e/ou imposição do Referencial Curricular da Escola Básica (RECEB) para as escolas estaduais em Alagoas gerou e ainda gera controvérsias e discussões.

Foi em função do RECEB que temas como, descentralização, autonomia, regime de trabalho, intenções neoliberais, profissionalização docente, práticas docentes, entre outras estão sendo discutidas na escola e nesse sentido o documento por si só é importante, o que é necessário é que a gestão escolar dirija as reflexões de a formar uma sociedade ideologicamente independente a partir da escola.

2. A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO

Ao refletir sobre currículo muitas pessoas pensam apenas na organização de disciplinas, de carga horária, mas a organização de um currículo vai muito além, Jurjo Santomé lembra que algumas pessoas e até educadores pensam que a única forma de ligação entre todas as partes da escola seria a instalação elétrica, mas deve mesmo ser o currículo o ponto de união da escola, pois nele deve constar toda a carga política e ideológica de uma educação libertadora, efetiva e que promova ação social.

Para tanto é necessário que os gestores tenham, de forma efetiva, as intenções e finalidades da educação, suas modalidades e atores envolvidos e como esta trará resultados estabelecidos de forma clara e ideologicamente bem definidas. Para SANTOMÉ (2008, p.100):

Na hora de planejar um projeto curricular, é preciso levar em consideração que existem diferentes classes de conhecimento e que cada uma delas é reflexo de determinados propósitos, perspectivas, experiências, valores e interesses humanos.

O Estado de Alagoas tem uma população estimada em 3.173.000 habitantes (IBGE, 2008), sendo 30,4% de brancos, 3% pretos, 66,2% pardos e 0,4% indígenas e amarelos. Dessa população, aproximadamente 434 mil estão na faixa etária de 0 a 6 anos, 578 mil de 7 a 14 anos e 186 mil de 15 a 17 anos. São 1.198.000 habitantes considerados potenciais alunos da educação básica, já que se encontram na faixa etária adequada para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. No entanto, a matrícula total na educação básica em Alagoas, no ano de 2008, contemplou aproximadamente 990 mil alunos nas quatro redes de ensino (municipal, estadual, federal e privada), ficando, *a priori*, sem atendimento escolar 208 mil alagoanos na faixa etária adequada.

A implantação de um currículo referencial e unificado auxilia em políticas públicas direcionadas à educação, pois faz com que a escola seja atrativa, faça sentido para os estudantes, atenda enfim a suas necessidades sócio-culturais além de, naturalmente, as necessidades cognitivas fazendo com que a universalização aconteça de forma efetiva.

É por meio do currículo que as ações pedagógicas se desdobram nas salas de aula e nas escolas, ele corresponde ao verdadeiro coração da escola, permitindo avançar na compreensão do processo curricular e nas relações entre saber acadêmico, sociedade, cultura, autoformação individual e o momento histórico em que estamos situados.

O currículo deve ser essencialmente globalizado de forma interdisciplinar, significativo e contextualizado, deve ser atualizado com questões de problemáticas mundiais e local, com apelos sociais gritantes no sentido de diminuí-los, sem qualquer tipo de preconceitos. Na verdade a educação deve transformar a realidade social para que as pessoas não estejam condicionadas ao capitalismo. Para MÉSZÁROS (2008, p. 106):

[...] a educação não é um negócio, é criação, que a educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida, e que pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos.

A primeira análise do referencial curricular da educação básica para as escolas públicas de Alagoas (RECEB/AL) parece repudiar as intenções ideológicas das classes dominantes, que querem impor um trabalho alienante com o objetivo de manter o homem dominado. O texto do documento, teoricamente baseia-se numa prática de educação libertadora que tem a função de transformar o trabalhador em um agente político, que pensa que age, formando sujeitos críticos, reflexivos, solidários livres de preconceitos e lógica capitalista, mas a análise mais atenta e as deliberações governamentais a cerca deste nos dizem exatamente o contrário.

O fenômeno da globalização desenvolve uma das características mais marcantes deste século que é a reorganização do conhecimento. Pedagogicamente falando, estudar de forma interdisciplinarizada torna o aprendizado mais rico e muito mais significativo. Afirma-nos SANTOMÉ (1998, p.44):

A ruptura de fronteiras entre as disciplinas (colarinho da multiplicidade de áreas científicas e de modelos de sociedade cada vez mais abertos do desaparecimento de barreiras na comunicação e de uma universalização da informação) está levando a consideração de modelos de análise muito mais potente dos que caracterizavam apenas uma especialização disciplinar. A complexidade do mundo e da cultura atual a desentranhar os problemas com múltiplas lentes, tantas como as áreas do conhecimento existentes; do contrário, facilmente os resultados seriam afetados pelas deformações impostas pela seletividade das perspectivas de análise às quais se recorre.

Dessa forma, construir um currículo a partir da base interdisciplinar representa muito mais que o múltiplo conhecimento, significa formar pessoas mais tolerantes as diferenças, mais abertas, flexíveis, democráticas e críticas, nessa sociedade tão complexa, tão diferente. Um currículo com conteúdo significativo pressupõe temas atualizados, em consonância com as realidades locais e mundiais, a contextualização é a proximidade com a realidade do aluno, de sua sociedade, seu contexto histórico social, sempre de forma integrada, SANTOMÉ (1998, p.117) nos lembra:

A opção por projetos curriculares integrados trata de criar as condições necessárias para propiciar a motivação pela aprendizagem, ao existir uma maior liberdade para selecionar questões de estudo e pesquisa mais familiares e assuntos ou problemas mais interessantes para os estudantes. [...] O desenvolvimento do pensamento crítico de meninos e meninas, bem como sua socialização em geral, são favorecidos com os programas integrados, ao facilitarem a compreensão das relações entre os distintos saberes da sociedade [...].

O referencial curricular alagoano parece estar atento a essa importância enfatizando também as vertentes da interdisciplinaridade e contextualização num conteúdo significativo, no entanto, mais que condições pedagógicas as condições ideológicas inerentes a este documento foram o verdadeiro foco de discussões nas escolas estaduais. Na experiência de gestão o intercâmbio de informação e reflexão com outros gestores torna claro que as iniciativas de mudança e autonomia pouco são questionadas pela comunidade escolar. SIQUEIRA e PEREIRA (1998, p.12) nos lembram que:

O modelo de política educacional adotado no Brasil ainda é aquele da década de 70, que exclui a educação de qualquer iniciativa de transformação nos parâmetros das sociedades globalizadas. A nossa educação formal enfraquece as atitudes que promovem a autonomia, contrariando os valores da modernidade reflexiva e abstendo-se de qualquer iniciativa de concepção de liberdade e decisão livre.

Por esse motivo a construção ideológica deste referencial curricular é que de fato pode ajudar a mudar a realidade social em que vivemos, pois a partir dela é que serão selecionados os conteúdos transformadores, e somente a gestão democrática é capaz de realizar as mudanças necessárias para a escola não seja refém da hegemonia capitalista dominante.

3. A CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ALAGOAS

A primeira etapa deste trabalho de construção do referencial curricular previu a distribuição do mesmo impresso para as escolas, o que foi feito em junho de 2010. O documento (RECEB/AL, 2009, p. 01,) afirma que:

[...] ao propor um referencial curricular, a Secretaria da Educação e do Esporte de Alagoas – SEE/AL tem como propósito nortear a ação pedagógica dos profissionais da educação, assegurando padrões básicos para a construção da qualidade da aprendizagem, que a construção de um referencial curricular se justifica num conjunto integrado de ações de reestruturação, modernização e reorganização da escola pública, com o intuito de promover as condições básicas para a reversão do quadro educacional em que se encontra o Estado.

Dessa forma, o referencial que hoje está sendo construído, tem em sua verdadeira gênese o atendimento aos chamados “padrões de qualidade” do MEC, especialmente no tocante a avaliação. A principal avaliação imposta é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que traz um pânico geral as escolas públicas deste país, acabando por pautar as ações

das mesmas em função de seus objetivos específicos através de seus requisitos e intenções, outro índice de avaliação, o do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) também atende a parâmetros internacionais nos quais o Brasil não precisa se adequar, pois esse tipo de avaliação deixa de fora nossas questões histórico-geográficas. Na divulgação do PISA ocorrido em dezembro de 2010 o Brasil ficou em 53º lugar dos 65 países participantes, tendo Alagoas o pior desempenho do país. É preciso lembrar que este índice avaliativo internacional também baliza os países segundo as concepções da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a mesma na qual se baseiam as metas do IDEB, o que pedagogicamente é preocupante, pois fica muito clara a influência política e econômica internacional na educação dos países. Sob esta ótica a escola pública parece não conseguir exercer seu papel social, nem conectivo de forma ampla e irrestrita, o alarde do IDEB e PISA fazem com que o senso comum culpabilize a escola pública sem se sentir parte de um sério contexto sócio-político-econômico dentro de um mundo “globalizado” onde a política e a economia de fora, interferem na raiz da educação em nossas escolas. BRUNO (2008, p. 41) comenta o neoliberalismo que segundo o mesmo influencia a negativa deste insucesso:

Pelo que nos mostram todas as evidências empíricas até o momento, o que está sendo pensado e implementado na rede pública são adequações às tendências gerais do capitalismo contemporâneo, com especial ênfase na reorganização das funções administrativas e de gestão da escola, assim como do processo de trabalho dos educadores, envolvidos com a formação das futuras gerações da classe trabalhadora, tendo em vista redução de custos e de tempo.

O conceito de qualidade proposto pelo MEC não condiz com uma qualidade política e pedagógica porque está atrelada a condições impostas por organismos internacionais baseados em resultados financeiros. Essas avaliações impostas, como o IDEB e o PISA, influenciam na gestão democrática dentro das escolas e nas políticas públicas para as mesmas, muitas vezes aqueles que fazem a educação dentro da escola não se apercebem desta influência, de suas causas e suas consequências.

Segundo SOUZA (2008), as avaliações do MEC atendem a uma lógica onde se relaciona a educação com o desenvolvimento econômico e para a inserção do Brasil no grupo dos países desenvolvidos. Para tal objetivo é que são aplicados testes como o IDEB, e a escola tende a se relacionar de forma negativa com os resultados, os quais podem, na realidade, não representar má qualidade na educação, desta forma o estudo dessa relação é muito importante. Em sua visão SOUZA (2008, p. 264-265. 266) relaciona os objetivos políticos/econômicos do MEC em relação às escolas:

Sob este argumento, vêm sendo estimuladas, pelo governo federal e por governos estaduais, iniciativas que se orientam por uma visão interna da escola. Tomada como um “micro-sistema” educacional, ela é responsabilizada pela construção do “sucesso escolar, cabendo ao poder público a aferição da produtividade, por meio de aplicação de provas de rendimentos aos alunos.

Para o referido autor a qualidade não é “algo dado”, não existe “em si”, direcionando a questão axiológica, ou seja, dos valores de quem produz a análise de qualidade. A necessidade de critérios de avaliação não se dá de modo dissociado das posições, crenças, visão de mundo e práticas sociais de quem os concebe.

É uma concepção que surge da perspectiva filosófica, social política de quem faz o julgamento e dela é expressão. Dessa forma, os pontos de vista e discernimentos assumidos em um processo avaliativo mostram as opções axiológicas dos que dele participam.

Os atuais sistemas de avaliações do governo federal possuem falhas como qualquer sistema imposto. O IDEB deixa de fora aspectos decisivos que compõem os dilemas educacionais na realidade brasileira, dentre estes destacam-se: a necessidade de mais financiamento público; implementação de plano de carreira; atendimento à saúde; melhores condições de trabalho na escola pública; fim da precarização dos contratos de trabalho; implementação de política pedagógica; elaboração de currículo; política de formação e gestão democrática no sistema escolar e nas escolas.

O não posicionamento crítico faz com que o professor, que é notório referencial, faça das avaliações como o IDEB um indicador que apenas cobra e culpabiliza seu trabalho. O documento (RECEB, 2009, p. 04) afirma que:

[...] a equipe central do RECEB tomou como ponto de partida as propostas curriculares já existentes, contemplando os níveis da educação básica (infantil, fundamental e médio), suas modalidades (Educação de Jovens e Adultos, Ensino Profissional, Educação Especial e Educação à Distância) e especificidades (Educação no Campo, Indígena e Quilombola), e que, nesse processo, foram respeitadas as intenções e produções das diversas personagens que têm construído a educação pública de Alagoas e, principalmente, se procurou atender as expectativas sociais com relação à aprendizagem dos principais atores desse processo – os alunos. Nesse sentido, o referencial curricular se consagra como uma construção coletiva que revela as intencionalidades da educação pública no estado de Alagoas e aponta caminhos e possibilidades, sem, contudo, limitar a ação pedagógica [...]

É importante ressaltar que essa iniciativa é muito importante, mas é em sua execução que a verdadeira intenção neoliberalista do RECEB contradiz suas metas, é necessário que os educadores reflitam e critiquem as práticas pedagógicas na escola a partir de um currículo unificado, como os conteúdos devem ser trabalhados no sentido de atender a uma educação libertadora.

A Lei nº. 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB no “Art. 26º coloca que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Segundo o RECEBE, Alagoas é, hoje, um dos poucos estados brasileiros que ainda não possui seus próprios padrões de qualidade e as diretrizes curriculares para a educação pública. Isso não significa a inexistência de iniciativas nesse sentido, pois, há

diversos documentos relacionados à organização do processo pedagógico das escolas estaduais. No entanto, o que se constata é que, historicamente, essas iniciativas foram pontuais e realizadas de forma isolada, desarticulada e sem a visão de totalidade da gestão educacional, dessa maneira, também não atingiram o objetivo de organizar o processo de ensino-aprendizagem da rede estadual. Algumas ações foram destacadas por sua relevância do ponto de vista da mobilização e da organização curricular do processo educacional em Alagoas, das quais nos lembra o documento (RECEB/AL, 2009, p. 12):

Ao final da década de 90, a SEE/AL realizou um amplo movimento de mobilização social e de participação popular na construção das bases de um processo político-educacional mais democrático para garantia do direito a uma educação pública de qualidade para todos e a construção de uma escola de excelência com qualidade social, a I Conferência Estadual de Educação de Alagoas (2000) deu início a um movimento de orientação curricular, cuja intencionalidade era construir novas práticas de organização dos espaços escolares e de garantia da aprendizagem de todos.

Houveram também propostas para elaborações curriculares para Educação Infantil (1995), a Escola Normal (2004) e Educação de Jovens e Adultos (2002), a implementação dessas propostas não se deram de forma efetiva até porque não foram concretizadas, um referencial curricular não foi executado por uma série de questões de ordem pedagógicas, administrativas e financeiras, também nas diferentes correntes políticas que se alternaram no governo de 1995 até hoje houveram seis governadores de diferentes correntes políticas, que não deram prioridade elaboração de um currículo reflexivo e unificado.

É importante salientar que o referencial curricular teve uma grande parcela de sua construção a partir de referenciais curriculares de outros estados. Essa influência é positiva, porém deixa de fora as características do Estado o que também é preocupante, não se trata de inchaço do currículo como vem ocorrendo atualmente, só nos últimos três anos, emendas aprovadas pelo Congresso incluíram seis novas disciplinas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Além de cultura afro-brasileira e cultura indígena, a rede escolar de ensino básico também tem de oferecer as disciplinas filosofia, sociologia, meio ambiente, regras de trânsito e direito das crianças e dos idosos. Tramitam ainda no Congresso centenas de projetos propondo a criação de mais conteúdos como esses, só a Câmara de deputados federal recebeu 545 propostas para o currículo.

Através da observação *in loco* foi percebido que em Alagoas normalmente na grade curricular das escolas, são duas as disciplinas específicas para a identidade do Estado, são estas: história de Alagoas e geografia de Alagoas, estas são sugeridas, sem muita reflexão, pelos departamentos de inspeção escolar das Coordenadorias de Ensino (CEs). Vejamos o que nos informa o documento, (RECEB/AL, p. 13, 2009):

Durante os estudos realizados para elaboração documento do referencial curricular de Alagoas, a equipe de trabalho foi orientada a fazer uma análise da estrutura e concepções das propostas curriculares de outros Estados e Municípios, visto a importância de conhecer os aspectos relevantes para subsidiar o trabalho em questão. Dentre esses,

foram analisados os documentos de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Ceará, assim como dos municípios de Santos/SP e Porto Alegre/RS. Além desses documentos, foram estudados os documentos oficiais publicados pelo MEC e Conselho Nacional de Educação - CNE. A partir dessa análise foram destacados alguns aspectos significativos e relevantes que comungam com as concepções e práticas educativas presentes nas discussões e nas produções ora elaboradas. Dentre os documentos analisados destacam-se as propostas de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e os Cadernos de Indagações sobre Currículo, do MEC. Esses documentos foram de fundamental importância para a elaboração do referencial curricular de Alagoas, visto que trouxeram princípios e temáticas significativas para o aprofundamento das discussões do documento, tais como: desenvolvimento humano, diversidade, avaliação, educação e trabalho, organização do conhecimento e das práticas pedagógicas.

A construção do currículo dentro da escola deve ser realizada pela comunidade escolar, mas quando se fala da manifestação das características histórico-culturais da sociedade alagoana o correto é reunir todas as unidades escolares para compor essa identidade, para que sua presença seja marcante no currículo unificado alagoano, desta forma consultar outras propostas curriculares é importante, mas apenas citá-las sem comparar com a realidade do Estado é uma falha grave, já que cabe ao Estado tão profunda articulação.

4. AS PERSPECTIVAS DO REFERENCIAL CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DE ALAGOAS

O Referencial Curricular é o primeiro passo para a reflexão e ação sobre o cidadão que queremos formar, suas habilidades e competências, sua capacidade de transformar sua realidade e poder debater e cobrar políticas públicas para a educação que queremos em nosso Estado. Os dados são alarmantes, sendo assim, necessárias ações urgentes. Segundo o IBGE (2008), Alagoas está em 27º lugar, ocupando a última posição no ranking nacional, com um índice de 25,7% de analfabetismo absoluto e 38,6% de analfabetismo funcional na população entre 15 anos ou mais de idade.

Os percentuais apresentados em 2008 são muito próximos aos resultados de anos anteriores. A média de anos de estudos de pessoas com 15 anos ou mais de idade em Alagoas é de 5,5 anos, sendo de 6,7 anos entre pretos e 4,9 anos entre os pardos. É uma das menores médias do país, IBGE (2008), junto com o analfabetismo, a reprovação, o abandono e a distorção idade/ano, representam uma série pedra no sapato do desenvolvimento do nosso estado, por si só o estudo de um referencial curricular nas escolas promove importante reflexão, que dependendo das ações políticas dos gestores maiores pode representar ação transformadora ou mero trabalho burocrático.

É importante rever as práticas pedagógicas não para atender a resultados de índices como IDEB ou PISA, mas para pensar na formação humana e cognitiva, o que trará socialmente mais resultados que provas pontuais, limitadas e excludentes. Não é possível construir um currículo unificado sem ter em seus preceitos a realidade histórico-social de nossa região, de nossos alunos, também é necessário reconhecer as ações do Estado que possam contradizer este documento e fazer a luta pela educação democrática e libertadora, concordamos com Marx

quando nos afirma a revolução social se faz entre as lutas de classe. Afirma-nos o referencial curricular (RECEB/AL, 2009, p. 54):

[...] sem a intenção de ser obrigatório, o referencial curricular se propõe a atuar como elemento aglutinador das intenções político-pedagógicas da comunidade interna e externa das escolas, no sentido de construir uma unidade na educação das crianças, jovens e adultos do Estado de Alagoas.

No entanto, ao contrário do exposto, o fato é que através de publicação no diário oficial do dia 18 de fevereiro de 2009, portaria nº 087/2010, o governo do Estado de Alagoas impôs uma grade curricular obrigando a redução de disciplinas pela imposição de uma hora/aula equivalente a 60 minutos, pois abaixo desta hora/aula o professor teria de dar obrigatoriamente mais aulas, a redução do número de professores e a discussão sobre a autonomia da escola geraram uma crise que até hoje perdura dentro das escolas Alagoanas, nesse caso ficou muito clara a intenção neoliberalista do governo, especialmente no tocante a redução de gastos com pessoal, já haveriam menos aulas, o que certamente compromete a qualidade do aprendizado, e o desmerecimento do profissional que se viu obrigado a exercer uma hora/aula que não estava habituado.

É necessário que a sociedade esteja atenta para que a proposta curricular unificada não interfira no trabalho dos profissionais da educação e nem atenda a interesses da hegemonia dominante. Para LIMA (1998, p. 25):

Subjacente à elaboração do currículo, está à concepção de ser humano e o papel que se pretende que a escola tenha em seu processo de desenvolvimento. Não há, portanto, currículo ingênuo: ele sempre implica em uma opção poderá ou não ser favorável ao processo de humanização.

Isso significa que a escola, instituição social criada para cumprir uma função educativa, deve ter clareza, também, de seu papel político na sociedade, construindo um currículo unificado capaz de entender as reais necessidades dos diversos atores sociais, a dignidade dos profissionais da educação e a real autonomia escolar, o que só é possível na presença de uma gestão democrática forte e presente.

Em Alagoas, os indicadores socioeconômicos são os piores do Brasil: o nível educacional é baixo em todas as faixas etárias, inclusive com taxas de analfabetismo, na população acima de 25 anos, de quase 40%, próximas às dos países mais pobres do mundo; a renda *per capita* é baixa e concentrada e o nível de desenvolvimento humano também é muito baixo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2005) corrobora os dados apresentados, constatando que Alagoas lidera os piores índices sociais do país, quando se trata de miséria, concentração e distribuição de renda, com o mais baixo nível de pobreza do Brasil. O IPEA revela Alagoas como o Estado com a maior proporção de pobres do país: 62,3% com uma renda domiciliar de meio salário mínimo.

Os índices sociais interferem diretamente na educação de nosso estado, assim a educação precisa de um currículo básico integrado que ajude a mudança da realidade de nosso estado, mas o governo deve avaliar a esse projeto políticas públicas que se completem no sentido de mudar de forma efetiva os números sociais do nosso Estado, com respeito à comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O RECEB é um marco, pois inicia uma ação pedagógica sistematizada e centralizada, que deve ter o princípio da organização, da otimização dos conteúdos e das discussões políticas e ideológicas de forma independente, democrática e contextualizada a nossa realidade.

É necessário que os educadores e técnicos que estejam avaliando os motivos e a execução desse referencial curricular nas escolas, o façam de forma a preservar a independência dentro das mesmas, de modo a romper com a lógica excludente do capital e o poder da reduzida hegemonia social dominante. Para SANTOMÉ (1998, p. 112):

A denominação de currículo integrado pode resolver a dicotomia e/ou o debate colocado na hora de optar por uma denominação do currículo que por sua vez integre os argumentos que justificam a globalização e os que procedem da análise e defesa de maiores parcelas de interdisciplinaridade no conhecimento e da mundialização das inter-relações sociais, econômicas e políticas.

É preciso que o governo não utilize seu aparelho estatal para tirar a autonomia da escola e a dignidade dos profissionais da educação. Muitos são os desafios, são décadas de ausências de políticas públicas sérias para a educação em Alagoas, dentre os principais problemas estão à erradicação do analfabetismo; universalização do acesso e do atendimento escolar, melhoria da qualidade da educação ofertada; formação crítico/reflexiva, humanística, formação para a transformação social e mais que a universalização do acesso é preciso que haja a democratização do acesso e permanência com sucesso, sobretudo, na rede pública estadual e a racionalização e modernização da gestão educacional da rede pública.

Para atingir tantos e tão grandes objetivos é necessário tempo, uma mobilização geral em prol da educação em nosso Estado, tais transformações não dependem apenas do Estado, mas de toda a sociedade e seus núcleos educacionais, as escolas. Espera-se que a partir deste projeto iniciem-se as mudanças necessárias dentro de nossas escolas estaduais e entre os gestores maiores e a sociedade alagoana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, Lúcia. *Poder e Administração no Capitalismo Contemporâneo*. In: DALILA, Andrade Oliveira (Org.); *Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos* 8ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

SIQUEIRA, Holgónsi Soares Gonçalves; PEREIRA, Maria Arleth. *O sentido da autonomia no processo de globalização. Educação, Centro de Educação – Universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul – V. 22, n. 2, p.12. 1998.*

LIMA, I. C. *et al. Os negros, conteúdos escolares e diversidade cultural*. Florianópolis. Nº 3, Núcleo de Estudos Negros / NEM, 1998. (Série Pensamento Negro em Educação).

MÉSZARÓS; István, *A Educação para Além do Capital*, 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

Referencial Curricular da Educação Básica para as Escolas Públicas em Alagoas. 2009

SANTOMÉ, Jurjo Torres; *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

SOUZA, M. Zákia L. *Avaliação do Rendimento Escolar como Instrumento de Gestão Educacional*. In: DALILA, Andrade Oliveira (Org.); *Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos* 8ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2008.